

[Confira pesquisa inédita sobre violência sexual contra as mulheres no Brasil](#)

Pesquisa capta contradições: enquanto culpabilização das vítimas segue presente, questionamentos ao machismo ganham força na percepção da população: 96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a ter medo.

(Agência Patrícia Galvão, 12/12/2016) [Acesse o estudo na íntegra neste link](#)

76% das mulheres e 67% dos homens consideram que a impunidade é o principal motivo para que um homem cometa uma violência sexual contra uma mulher. É o que mostra a pesquisa inédita realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

[Confira repercussão na mídia sobre a Pesquisa Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva "Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil"](#)

39% das mulheres entrevistadas afirmaram que já foram pessoalmente submetidas a algum tipo de violência sexual. Fazendo uma projeção é possível estimar que 30 milhões de brasileiras já foram vítimas de violência sexual.

A naturalização da violência contra as mulheres também aparece na pesquisa: espontaneamente, apenas 11% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido alguma forma de violência sexual, número que sobe a 39% quando são apresentadas a uma lista de situações que se configuram como agressões sexuais. Em relação aos homens, espontaneamente apenas 2% admitem ter cometido violência sexual, mas diante da lista de situações, 18% reconhecem terem praticado a violência.

Diferentes situação de violência sexual
Create your own infographics

Espontaneamente, 37% afirmam conhecer alguma mulher que já foi vítima de violência sexual; mas diante de uma lista de situações, 55% declaram já ter presenciado ou ficado sabendo de algum caso.

Para 94% das mulheres e 91% dos homens, é considerada violência sexual uma mulher ter fotos ou vídeos íntimos divulgados sem sua autorização.

No ambiente de segurança pública o que acontece com o homem que comete violência sexual e com a vítima que denuncia a violência?

Quando questionados sobre o que acham que acontece com um homem que comete violência sexual, 52% consideram que não acontece nada, enquanto 29% acreditam que o agressor é preso.

O estudo revela que, para 59% dos entrevistados, as vítimas de violência sexual que denunciam não recebem o apoio de que precisam e que 54% acreditam que as vítimas não contam com o apoio do Estado para denunciar o agressor.

74% afirmam que nenhum delegado deveria perguntar para uma mulher vítima de estupro como ela estava vestida e 54% acreditam que procurar uma justificativa para o estupro no comportamento da vítima significa culpar a mulher. Nove de dez entrevistados (90%) consideram que quem presencia ou fica sabendo de um estupro e fica calado também é culpado.

No âmbito das políticas públicas, 96% dos entrevistados são favoráveis a que o governo disponibilize a pílula do dia seguinte para mulheres vítimas de violência sexual e 75% declaram que são a favor de que as mulheres tenham direito a aborto legal em caso de gravidez decorrente de um estupro.

Já no caso das relações consentidas, 78% das mulheres e 74% dos homens consideram violência sexual ter relação sem preservativo porque o parceiro não aceita.

Sobre causas e fatores da violência sexual

Ao abordar as percepções da população sobre as causas e fatores da violência sexual, a pesquisa revela que 69% das brasileiras associam a violência sexual ao machismo, enquanto que para 42% dos homens a violência sexual acontece porque a mulher provoca.

Quando perguntados sobre os motivos pelos quais um homem comete violência sexual contra uma mulher, brasileiros e brasileiras concordam com frases que ‘justificam’ a violência: para 67% o homem comete violência sexual porque ‘não consegue controlar seus impulsos; para 58%, porque bebe ou usa droga; e para 32% porque tem problema mental.

Sobre estupro

Na percepção da população sobre o estupro chama atenção que 49% avaliam que a maior parte dos estupros acontece dentro de casa e 64% concordam que o estuprador muitas vezes é um colega de escola ou de trabalho.

O estudo revela que 97% das mulheres e homens consideram que sexo sem consentimento sempre é estupro. O mesmo percentual (97%) concorda que ‘sóbria, chapada, vestida ou pelada, nenhuma mulher merece ser estuprada’.

A pesquisa mostra que 89% dos entrevistados afirmam que estar bêbado não é justificativa para um homem abusar de uma mulher.

Para 74%, a mídia reforça comportamentos desrespeitosos com as mulheres; e 96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a ter medo.

A pesquisa

A pesquisa “Violência Sexual - Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil”

ouviu 1.000 pessoas de ambos os sexos, com 18 anos ou mais, em 70 municípios das cinco regiões, entre os dias 6 e 19 de julho de 2016.

O estudo na íntegra está disponível [neste link](#).

90% das grávidas querem testes para saber se tiveram zika e 70% demandam maior acesso a ultrassons

(Agência Patrícia Galvão, 02/08/2016) O zika vírus ganhou relevância no debate público e em fevereiro foi considerado uma emergência global pela Organização Mundial da Saúde, em função da associação entre a presença do vírus em gestantes e a síndrome congênita em recém-nascidos, cuja manifestação mais evidente em um primeiro momento era a microcefalia.

Direitos das mulheres estão fora do debate sobre a epidemia

Embora as mulheres estejam no centro da epidemia de zika, suas demandas e direitos estão fora do foco principal do debate público. Ante essa lacuna e a urgência na garantia de direitos, o Instituto Patrícia Galvão realizou duas pesquisas de opinião - uma qualitativa e outra quantitativa - para mapear como as mulheres grávidas têm lidado com o vírus zika, buscando trazer suas perspectivas para o centro da discussão sobre as políticas públicas de saúde, planejamento familiar e saneamento básico.

A pesquisa quantitativa, realizada em julho pelo Instituto Patrícia Galvão, em parceria com o [aplicativo BabyCenter](#) e o instituto de pesquisa Locomotiva, obteve respostas de 3.155 usuárias que se encontravam grávidas ao responder o questionário. O projeto contou com apoio da ONU Mulheres e da Fundação Ford.

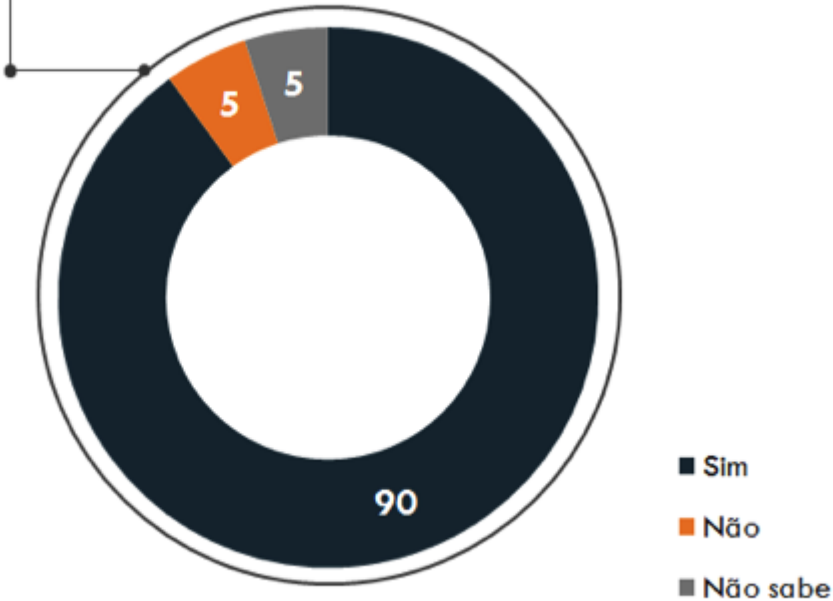
Acesse as pesquisas “Mulheres Grávidas em Face da Síndrome Congênita do Zika”:

[Quantitativa - Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva](#)

[Qualitativa - Instituto Patrícia Galvão/Data Popular](#)

90% das grávidas gostariam de fazer o teste de detecção do contágio por zika se pudessem

% Se pudesse ter acesso ao exame para saber tem ou teve Zika durante a gravidez, gostaria de fazer



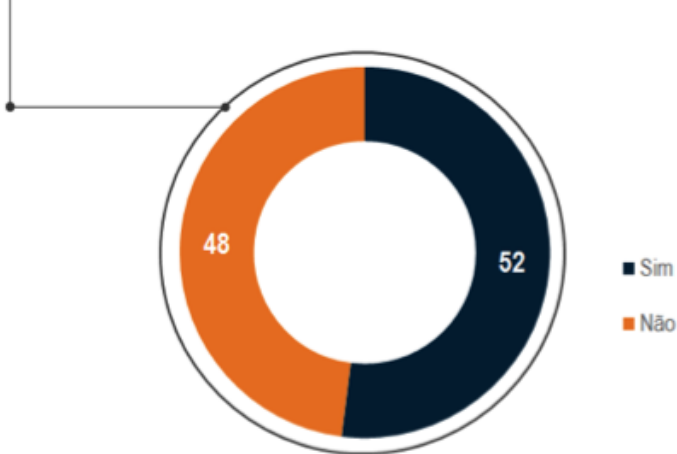
Base: 3.155 casos

Q48. Se você pudesse ter acesso ao exame para saber se você tem ou teve zika durante a gravidez, você gostaria de fazer?

A principal demanda da maioria das mulheres grávidas no Brasil são os testes de sorologia: 90% das mulheres gostariam de realizar o teste para saber se tiveram zika durante a gravidez.

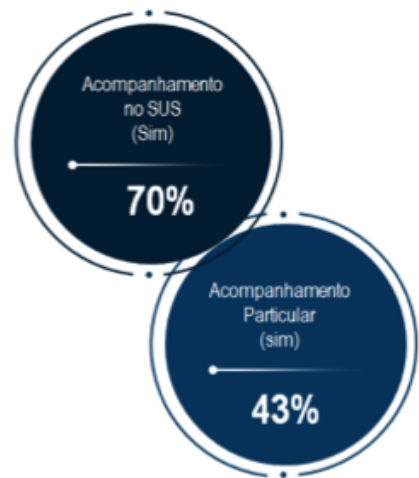
Diante de um cenário em que ciência e medicina ainda apontam mais dúvidas do que certezas sobre o impacto da epidemia sobre as mulheres e sobre os bebês em gestação, 70% das grávidas que fazem o acompanhamento pré-natal no SUS também afirmam que gostariam de ter feito mais exames de ultrassom durante a gestação para acompanhar o desenvolvimento dos bebês. O protocolo técnico do Sistema Único de Saúde prevê um ultrassom obstétrico com doppler, sendo os demais exames de mesmo tipo realizados apenas a critério médico.

% Você gostaria de ter feito mais exames de ultrassom até o momento?
(Entre quem afirmou "já ter iniciado o acompanhamento")



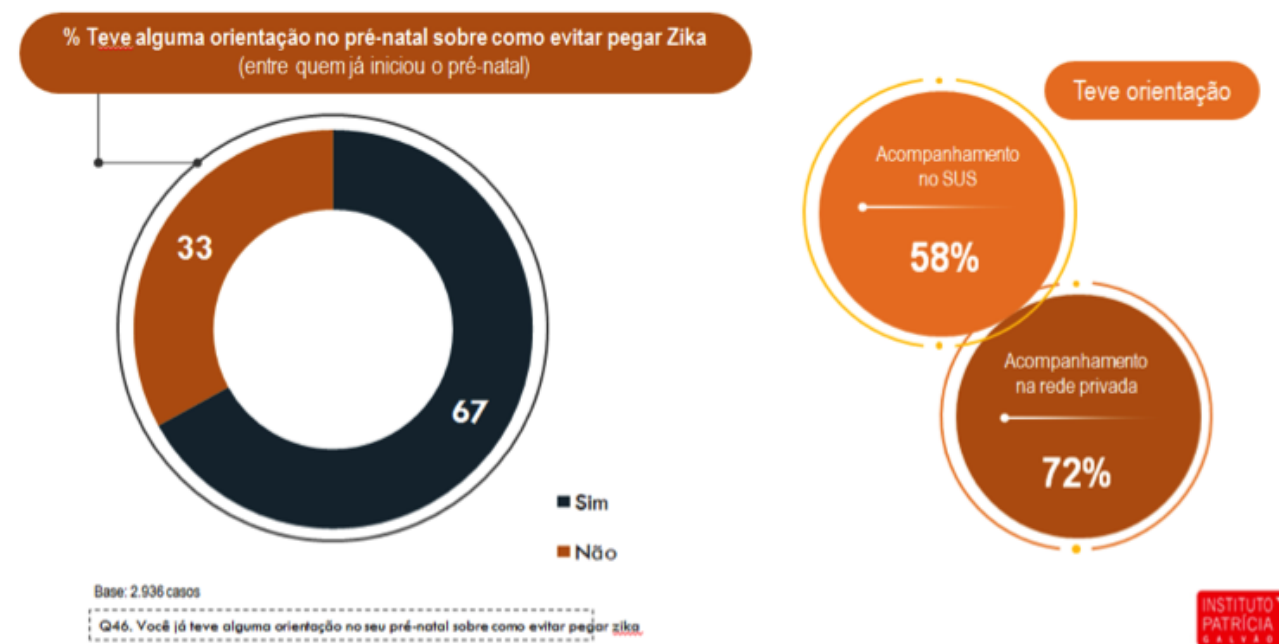
Base: 3.019 casos

Q15. Você gostaria de ter feito mais exames de ultrassom até o momento?



Falta de informação gera angústia e prejudica prevenção

Entre as entrevistadas, 31% não tinham planejado a gestação. E embora a quase totalidade delas (96%) estivesse em acompanhamento pré-natal, 1 em cada 3 não tinha recebido orientações sobre o zika vírus.



A falta de informações pode ser decisiva para a prevenção. 45% das entrevistadas não associam a doença à transmissão sexual, hipótese já confirmada cientificamente e que ganha mais importância tendo em vista que o uso de preservativos no Brasil ainda fica muito aquém do que deveria. Entre as ouvidas, só 12% usam camisinha como método de prevenção contra a zika.

Além disso, 21% ainda associam a microcefalia a vacinas e 45% citam outros fatores além da picada do mosquito como causa da malformação em bebês. E 32% acreditam, por exemplo, que o contágio do feto ocorre apenas nos primeiros três meses – hipótese que chegou a ser cogitada cientificamente, mas já está sendo afastada.

Três em cada 10 também consideram que há risco para o bebê caso a mãe tenha zika e o amamente. E metade das entrevistadas não souberam responder se existe algum perigo de contágio se o bebê for amamentado em caso de infecção materna por zika.

% Meios pelo qual uma pessoa pode ter Zika



Base: 3.155 casos

Q28. Pelo que você sabe ou ouviu falar, por qual(is) dos seguintes meios uma pessoa pode pegar zika?

% Motivos podem acarretar em microcefalia no bebê



Base: 3.155 casos

Q26. Do que você sabe ou ouviu falar, qual(is) desses motivos podem dar microcefalia no bebê?

21% das gestantes citaram vacinas como causa da microcefalia

45% das gestantes citaram algum outro motivo que não a Zika

INSTITUTO
PATRÍCIA
CORREIA

TV e internet são principais fontes de informação de mulheres, que no entanto preferem orientações médicas

As mulheres buscam ativamente informações sobre cuidados com a zika na gravidez. Três em cada quatro procuram se informar. No entanto, embora internet (84%) e TV (71%) sejam os principais meios de informação, 47% delas consideram que o melhor meio para se informar sobre cuidados com o zika vírus na gravidez é o médico que realiza o atendimento pré-natal.

Nessa perspectiva, a permanente atualização dos profissionais de saúde quanto aos avanços científicos, meios de prevenção e tratamento da doença pode ser apontada como uma demanda fundamental ao poder público. Da mesma forma, a difusão de informações qualificadas pela mídia tem uma grande importância no enfrentamento à epidemia.

Outra questão importante captada na pesquisa é a distância entre a demanda das mulheres e

as políticas públicas que vêm sendo implementadas no Brasil. Além da demanda por testes, exames, contraceptivos, repelentes e orientações precisas sobre como evitar o contágio em si mesmas e em seus bebês, as grávidas criticam também o foco das ações do setor público nas campanhas para o combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Das mulheres ouvidas na pesquisa, 64% avaliam que o governo prefere gastar dinheiro com propagandas que mandam a população limpar a casa e/ou o bairro ao invés de tomar providências para acabar com a zika. E para 76% delas, o governo culpa a população quando há uma epidemia.

Forte demanda por políticas de saneamento básico

A totalidade das mulheres afirma que a falta de serviços de água, esgoto e coleta de lixo pode causar doenças e 90% apontam o governo municipal como o responsável por esses serviços.

Para a diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, as incertezas e angústias revelam a necessidade de políticas públicas e ações informacionais mais eficazes e que sejam formuladas a partir da demanda das mulheres que estão no centro da epidemia. “Somente essas mulheres podem nos ajudar a entender como o sistema de saúde as acolhe e quais são as estratégias que podem ser acionadas para lidar com a questão”, frisa. Para Jacira Melo, o “Estado brasileiro demonstra baixa prontidão frente ao drama e aos direitos das mulheres à informação e a respostas do sistema de saúde”.

Acesse as pesquisas “Mulheres Grávidas em Face da Síndrome Congênita do Zika”:

[Quantitativa - Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva](#)

[Qualitativa - Instituto Patrícia Galvão/Data Popular](#)

Pesquisa Mídia e Poder (2013)

(Agência Patrícia Galvão, 17/10/2013) Segundo a pesquisa Poder e Meios de Comunicação, 63% dos entrevistados acham que emissoras de rádio/TV não deveriam ser propriedade de políticos, e 64% são contrários que apresentadores de rádio e TV possam se candidatar, embora a maioria acredite que isso é permitido pela legislação eleitoral.

Ao mesmo tempo, 69% consideram que ser dono de TV ou rádio dá mais chances para que o candidato seja eleito, e 67% são contrários à candidatura de donos de emissoras de rádio e TV, mas 48% acham que isso é permitido. Com o objetivo de conhecer a opinião dos brasileiros a respeito da posse por políticos de emissoras de rádio ou TV, o Data Popular, em parceria com Instituto Patrícia Galvão, realizou 1.500 entrevistas com homens e mulheres maiores de 16 anos, em 50 municípios escolhidos por meio de sorteio amostral, em setembro deste ano. Em relação à posse de emissoras de rádio e TV por políticos, 33% declaram não saber se é proibido e 35% pensam que é permitido.

O estudo também revela que 44% da população não sabe que, para se ter uma emissora de rádio ou televisão, é necessária a autorização do Estado: 22% acham que basta ter dinheiro para ser dono de uma emissora, enquanto os outros 22% não souberam responder. Se por um lado a pesquisa revela significativa desinformação dos entrevistados sobre a proibição de detentores de concessões de TV e rádio participarem de processos eleitorais, por outro lado mostra que a maioria da população rejeita a

candidatura de donos e apresentadores de emissoras de TV/rádio.

O que diz a legislação

O artigo 54 da Constituição Federal proíbe que deputados e senadores sejam proprietários ou diretores de empresas concessionárias de serviço público ou exerçam cargo ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público.

A Constituição também determina, em seu art. 223, que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão. O ato deve ser apreciado em seguida pelo Congresso. Já a Lei Eleitoral nº 9.504/1997, no primeiro parágrafo de seu art. 45, define que, a partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio e TV transmitir programa apresentado ou comentado por um candidato.

>>Acesse a pesquisa na íntegra: [Poder e Meios de Comunicação](#)

>>SUGESTÃO DE FONTES

Mais de dois terços da população apóia desvinculação entre poder político e midiático



Bia Barbosa - jornalista, membro do Conselho Diretor do Intervezes e militante feminista. *Os dados revelados pela pesquisa refletem a percepção, que ainda alcança parte significativa da população, de que empresas de rádio e TV são propriedades privadas, e não concessionárias de serviço público. Muito provavelmente, se fosse perguntado à população se ela sabe que emissoras de radiodifusão são prestadoras de um serviço público, a maioria diria que não. Há um claro conflito de interesses na acumulação das qualidades de detentor de cargo eletivo e de concessionário do serviço público de radiodifusão. Isso desvia o fim social do serviço de radiodifusão e pode gerar um potencial uso político*

e ilegal dos meios de comunicações, em defesa do interesse próprio. Hoje, a Constituição Federal, que já proíbe as concessões para políticos, segue desrespeitada, e uma ação no STF pede que outorgas dadas a empresas controladas por políticos sejam retiradas, ou que os mesmos percam seus mandatos. O dado de que mais de dois terços da população apóia esta desvinculação entre poder político e poder midiático é um instrumento importantíssimo para pressionarmos o Congresso Nacional por uma reforma política que coloque definitivamente em prática o princípio constitucional.

Bia Barbosa - Intervezes (11) 97325.3573 / bia@intervezes.org.br

População desconhece funcionamento das concessões, mas rejeita desequilíbrio eleitoral



Maíra Saruê Machado – socióloga e diretora de pesquisa do Instituto Data Popular *A pesquisa mostra que a população não tem clareza sobre o fato de as emissoras de rádio e TV serem concessões públicas. Embora 56% digam que é necessária uma autorização do governo para se adquirir uma emissora, 22% acham que basta ter dinheiro e outros 22% não souberam responder à pergunta. Ou seja, 44% da população não sabe que, para se ter uma emissora, é necessária ao menos uma autorização do governo. Quanto às eleições, 69% consideram que, caso um candidato seja dono de uma emissora de TV ou de rádio, ele tem mais chances de ser eleito. Isso certamente tem relação com a baixa aceitação de que políticos tenham emissoras de rádio ou TV – a maioria da população (63%) é contrária. Portanto, o estudo aponta para um desconhecimento da população sobre a proibição de que detentores de concessão de meios de comunicação possam concorrer a eleições e para uma rejeição dessa possibilidade, no sentido de que isso pode desequilibrar a disputa eleitoral.*

Maíra Saruê Machado – Data Popular (11) 3218.2231 / datapopular@datapopular.com.br



Pesquisa reforça o clamor por reforma política no país

Jacira Melo – especialista em comunicação e diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão *Há alguns anos o debate sobre a reforma política/eleitoral se arrasta no país. As megamanifestações de protesto em junho de 2013 recolocaram o tema em pauta. Nos debates que se seguiram, na mídia e no Congresso, sobre a reforma ou minirreforma não houve menção, questionamentos ou ênfases sobre a propriedade de meios de comunicação por deputados e senadores. E é nesse sentido que chama atenção a visão crítica da população em relação a esse tema. Mesmo diante da ausência desse debate, a pesquisa Data Popular revela que 63% dos entrevistados são contrários à propriedade de emissoras de TV e rádio por políticos. Observa-se a consistência dessa visão crítica quando a população rejeita a posse de meios de comunicação de massa por políticos e candidatos por entender que isso provoca um desequilíbrio na disputa eleitoral: 69% compreendem que ser dono de TV ou rádio aumenta as chances para que o candidato seja eleito.*

Jacira Melo – Instituto Patrícia Galvão (11) 3262.2452 / 3266.5434 / jaciramelo@uol.com.br

Apresentação da pesquisa Poder e Meios de Comunicação (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão) quinta-feira, 17/10, às 19h30, no auditório Prestes Maia da Câmara Municipal de São Paulo Palácio Anchieta Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista – São Paulo – SP

Pesquisa Representações das mulheres nas propagandas na TV (2013)

(Agência Patrícia Galvão, 23/09/2013) Levantamento inédito mostra o conflito entre o que os espectadores veem e o que gostariam de ver nas publicidades exibidas na televisão

Realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, a pesquisa [Representações das mulheres nas propagandas na TV](#) revela que 56% dos entrevistados, homens e mulheres, consideram que as propagandas na TV não mostram as brasileiras reais.

Para 65% o padrão de beleza nas propagandas está muito distante da realidade das brasileiras e 60% consideram que as mulheres ficam frustradas quando não se veem neste padrão. Na percepção da sociedade, as mulheres nas propagandas são majoritariamente jovens, brancas, magras e loiras, têm cabelos lisos e são de classe alta.

Por outro lado, a maior parte dos entrevistados deseja que a diversidade da população feminina brasileira esteja mais representada: 51% gostariam de ver mais mulheres negras e 64% gostariam de mais mulheres de classe popular nas propagandas.

80% consideram que as propagandas na TV mostram mais mulheres brancas; e 51% gostariam de ver mais mulheres negras **

83% veem as mulheres reais como sendo em sua maioria de classe popular, mas 73% consideram que as propagandas na TV mostram mais mulheres de classe alta **

73% veem mais loiras do que morenas nas propagandas na TV, mas 67% gostariam de ver mais morenas **

83% veem mais mulheres com cabelos lisos nas propagandas na TV, mas maioria gostaria de ver mais mulheres com cabelos crespos/cacheados **

87% veem mais mulheres magras nas propagandas na TV; 43% gostariam de ver mais mulheres gordas **

78% veem mais mulheres jovens nas propagandas na TV, mas maioria gostaria de ver mais mulheres maduras **

A pesquisa Data Popular/Instituto Patrícia Galvão revela ainda que 84% concordam que o corpo da mulher é usado para promover a venda de produtos nas propagandas na TV; e 58% avaliam que as propagandas mostram a mulher como objeto sexual.

Além disso, 70% defendem punição aos responsáveis por propagandas que mostram as mulheres de modo ofensivo.

Especialistas veem demanda por propagandas mais atualizadas

Segundo avaliação da diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, a pesquisa revela que a percepção dos entrevistados, mulheres e homens, é clara: a propaganda veicula modelos ultrapassados. “A irreabilidade da representação da mulher é percebida pela absoluta maioria e há uma clara expectativa de mudança. Aqui se revela um paradoxo: se pensarmos a partir da lógica de mercado, pode-se dizer que anunciantes e publicitários, em razão de uma visão arcaica do lugar da mulher na sociedade e de um padrão antigo de beleza, não estão falando com potenciais consumidoras”, aponta.

“Nós, mulheres negras, somos invisíveis para a mídia, que não enxerga que tomamos banho, usamos xampu, comemos margarina, fazemos serviços domésticos, e, em particular, somos pessoas com poder aquisitivo”, exemplifica Mara Vidal, vice-diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Para ela, existe aí “um racismo manifesto com relação à nossa capacidade, às nossas qualidades e ao nosso poder de compra”, pontua.

Para o diretor do Instituto Data Popular, Renato Meirelles, o principal mérito da pesquisa é mostrar como as empresas perdem dinheiro com a representação distante da realidade, uma vez que as mulheres movimentam hoje, no Brasil, um mercado consumidor de R\$ 1,1 trilhão por ano e determinam 85% do consumo das famílias, segundo dados do próprio instituto. “Não estamos falando de um nicho consumidor, mas do principal mercado consumidor brasileiro. Então, há uma miopia do ponto de vista de oportunidades de negócios”, considera.

Sobre a pesquisa

Para a pesquisa Representações das mulheres nas propagandas na TV, encomendada ao Data Popular pelo Instituto Patrícia Galvão, foram realizadas 1.501 entrevistas com homens e mulheres maiores de 18 anos, em 100 municípios de todas as regiões do país, entre os dias 10 e 18 de maio deste ano.

Acesse a pesquisa na íntegra: [*Representações das mulheres nas propagandas na TV*](#)

>> FONTES DE INFORMAÇÃO:

Renato Meirelles - diretor do Instituto Data Popular. Ascom Data Popular: (11) 3218.2231 / cel.: (11) 9723.6471 / email: datapopular@datapopular.com.br
[Leia entrevista na íntegra](#)

Jacira Melo - diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Tel.: (11) 3262.2452 / 3266.5434 / email: jaciramel@uol.com.br
[Leia entrevista na íntegra](#)

Mara Vidal - vice-diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Tel.: (11) 3262.2452 / 3266.5434 / email: mara.vidal@gmail.com
[Leia entrevista na íntegra](#)

[Pesquisa inédita revela forte preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres por parceiros ou ex](#)

A pesquisa **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres** revelou que, para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. A pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em maio de 2013, revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil.

A pesquisa contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

[Conheça os dados completos.](#)

[Pesquisa Ibope/Patrícia Galvão: Para 71%, reforma política é importante ou muito importante para garantir 50% de mulheres e 50% de homens nas listas de candidatos dos partidos](#)

(Agência Patrícia Galvão, 09/07/2013) Apresentado nesta terça-feira (9) em Brasília, levantamento aponta distanciamento entre a composição atual dos parlamentos brasileiros e efetivação da democracia, e revela demanda contundente da sociedade brasileira pela paridade entre mulheres e homens nos espaços decisórios.

[Baixe aqui a íntegra da pesquisa 'Mais mulheres na política'](#)

Pesquisa realizada pelo Ibope e o Instituto Patrícia Galvão indica que 71% dos brasileiros consideram muito importante alterar a legislação eleitoral do país para garantir metade de mulheres nas listas de candidaturas apresentadas pelos partidos. O levantamento foi realizado em abril, antes dos protestos que tomaram as ruas em todo o país.

O estudo aponta ainda que 78% da população defendem a obrigatoriedade de divisão meio a meio das listas partidárias e 73% aprovam punições às legendas que não apresentarem paridade entre os dois sexos nas suas candidaturas.

A legislação brasileira atual reserva apenas 30% das candidaturas e 10% do tempo de propaganda

eleitoral para cotas de sexo. E o projeto de reforma que está em debate na Câmara dos Deputados prevê a alternância de gênero somente a cada três posições das listas de agremiações.

Para o demógrafo do IBGE José Eustáquio Diniz Alves, “o sistema atual prejudica particularmente as mulheres. Como as mulheres não estão nas estruturas partidárias, elas não ocupam os principais cargos dos partidos, então também não têm acesso adequadamente ao tempo de televisão, aos recursos financeiros, à rede de capital político desse partido. De um modo geral, o sistema eleitoral brasileiro é muito ruim para garantir um avanço das mulheres na vida política brasileira”.

8 em cada 10 entrevistados consideram que as mulheres deveriam ter acesso a metade dos cargos no legislativo

O levantamento também mostra que 80% dos brasileiros consideram que deveria ser obrigatória a composição dos legislativos municipais, estaduais e nacional por metade de mulheres.

Hoje o Senado Federal tem apenas oito senadoras em exercício num universo de 81 integrantes, e somente uma das 11 comissões permanentes da Casa é presidida por mulher. Na Câmara, somente 40 são mulheres entre os parlamentares em cumprimento efetivo do mandato (outras três renunciaram e três estão licenciadas). E também só uma das 21 comissões permanentes tem uma deputada à frente. Para a socióloga Silvia Camurça, da ONG SOS Corpo, a demanda por mais mulheres na política de forma tão consistente é reflexo do anseio da população por mudanças. “As pessoas estão muito cansadas de parlamentares que fazem das sucessivas reeleições a sua vida. E pedindo a renovação, novos quadros, sejam mulheres, indígenas, quilombolas, homens, gays, lésbicas. Enfim, a diversidade da população. E nós mulheres somos um indicador de renovação porque estamos quase excluídas da política institucional. Também há, talvez, uma avaliação de que quem nunca esteve na política ao entrar tem a possibilidade de ser menos corrompido por ela e, portanto, de renovar positivamente as práticas políticas. E acho que isso é transferido às mulheres”, afirma.

Maioria entende que lei deve mudar para garantir igualdade entre homens e mulheres em cargos políticos

Para 74% dos entrevistados só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão. A maioria (76%) também entende que a ampliação do acesso das mulheres aos espaços de poder deveria ter garantia legal, tanto no que se refere a cargos nos legislativos das três esferas de poder da Federação, quanto dentro dos partidos.

Essa compreensão tem mais ênfase entre os pesquisados de classes sociais mais baixas e menor escolaridade, o que pode refletir um aumento da percepção da importância da política na vida cotidiana para as camadas que ingressaram recentemente no mercado de consumo e na chamada “nova classe média”.

“Reforma política tem a ver com serviços públicos, orçamento, se põe dinheiro aqui ou lá. No futebol ou na educação. Ficou claro isso, que o hospital que atende no corredor tinha que ter um padrão Fifa”, analisa a especialista em pesquisas de opinião pública Fátima Pacheco Jordão.

Para Fátima, essa mudança de percepção evidencia uma mudança de consciência da população. “O cidadão brasileiro saiu de casa, do doméstico para a rua. Da porta para dentro, o cidadão teve enormes conquistas nos últimos 20 anos: poder aquisitivo, melhorias de processos de fabricação, produtos mais sofisticados e segmentados. Mas da porta para fora, que envolve transportes, hospitais, educação, segurança de ir e vir, o pagador de impostos está demandando seus direitos. É isso que mudou no Brasil. Neste novo século foi introduzida essa elevação de patamar do cidadão, que de consumidor passou a usuário e como usuário quer ser um eleitor que ao votar obtém os resultados do sistema político e do Estado”.

A pesquisa

Os resultados da pesquisa serão encaminhados também a parlamentares, secretarias responsáveis por políticas para as mulheres nos três níveis de poder e movimento social de mulheres. Foram realizadas 2.002 entrevistas em 143 municípios de todas as regiões do país, nas quais foram ouvidos brasileiros maiores de 16 anos, entre os dias 11 e 15 de abril. A margem de erro é de 2% para mais ou menos.

>> Sugestões de fontes:

Para apoiar a cobertura da imprensa, a Agência Patrícia Galvão entrevistou especialistas e disponibiliza as análises deles sobre a pesquisa Mais Mulheres na Política.



“O Brasil ficou para trás e as mulheres querem jogar o Brasil para frente”

Fátima Pacheco Jordão – socióloga e especialista em pesquisa de opinião
Instituto Patrícia Galvão
Tels.: (11) 3824.0695 (res.) / 96063.5445
E-mail: fpjordao@uol.com.br



“O sistema eleitoral brasileiro é muito ruim para garantir o avanço das mulheres na vida política do país”

José Eustáquio Diniz Alves – demógrafo e professor titular do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.
Tels.: (21) 2142.4689 / 2142.4696 / 9966.6432
E-mails: jedalves@ibge.gov.br / jed_alves@yahoo.com.br



[“A pesquisa mostra como a reforma política é necessária e como a sociedade está atenta à necessidade desta mudança”](#)

Silvia Camurça - socióloga e coordenadora da ONG SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e da Articulação de Mulheres Brasileiras
Tels.: (81) 3087-2086 / 9937-8635
E-mail: silvia@soscorpo.org.br

Leia também: **[Ministra Eleonora defende inclusão de mais mulheres no poder em debate sobre reforma política](#)**

[Vanessa celebra opinião sobre mulher na política](#)

[Quase 80% dos brasileiros querem mais mulheres no poder](#)

[80% querem lei que reserve metade das cadeiras do Legislativo para mulheres, por Fernando Rodrigues](#)

[80% dos brasileiros são favoráveis à participação igualitária feminina no Legislativo, por Mônica Bergamo](#)

[Brasil ocupa 121º lugar em relação à participação de mulheres na política](#)

[Mais mulheres na política](#)

E assista: [Sociedade brasileira é favorável à participação maior das mulheres na política do país](#)

[Assista à apresentação da pesquisa ‘Mais Mulheres na Política’](#)

[Pesquisa diz que 74% dos brasileiros só crê na democracia com a presença de mulheres em altos cargos](#)

[Brasileiros querem mais mulheres na política, revela pesquisa](#)

[71% consideram importante mudar a legislação para garantir paridade de](#)

[gênero nas candidaturas](#)

A pesquisa **Mais Mulheres na Política**, realizada em 2013 pelo Ibope em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, revelou que 71% dos entrevistados considera que reforma política é importante ou muito importante para garantir 50% de mulheres e 50% de homens nas listas de candidatos dos partidos. O estudo aponta ainda que 78% da população defendem a obrigatoriedade de divisão meio a meio das listas partidárias e 73% aprovam punições às legendas que não apresentarem paridade entre os dois sexos nas candidaturas.

A pesquisa contou com o apoio da ONU Mulheres.

[Conheça os dados completos.](#)

[Pesquisa Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente](#)

(Agência Patrícia Galvão) Pesquisa feita pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia comprova que a maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem na oferta de políticas públicas.

Foram entrevistadas 800 mulheres de nove capitais brasileiras, além de Brasília, com idade entre 18 e 64 anos e que possuíam algum tipo de trabalho remunerado. A pesquisa foi realizada entre os dias 29 de junho de 2012 e 7 de julho de 2012.

O estudo aponta uma percepção majoritária entre as entrevistadas (91%) quanto à importância do trabalho remunerado. As mulheres consideram que o trabalho remunerado é fundamental em suas vidas, mesmo admitindo que sua rotina de trabalho é extenuante por serem elas também as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos.

Ao falarem de seu dia a dia, as entrevistadas enfatizam a multiplicidade de tarefas, funções e responsabilidades que têm que enfrentar cotidianamente. Fica clara a longa e cansativa rotina de uma mulher que, além do trabalho remunerado, também cuida da casa, é esposa e mãe.

“As alterações ocorridas no mundo do trabalho, como demonstra a pesquisa, não levaram a mudanças significativas na divisão sexual do trabalho. O que se observa é que essa divisão do trabalho permanece, produzindo consequências que afetam diretamente as mulheres, que continuam como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Falta de tempo e grande sobrecarga marcam seu cotidiano. Os homens e o Estado, segundo os resultados da pesquisa aqui apresentada, pouco contribuem para a mediação das jornadas”, avaliam a pesquisadora, Maria Betânia Ávila do SOS Corpo.

Em cada dez entrevistadas, sete consideram que o trabalho do homem não é mais importante

que o da mulher. E 63% concordam com a afirmação de que “as mulheres sempre ganham menos do que os homens”.

Para as entrevistadas, os maridos dão mais trabalho do que ajudam. E para as mulheres casadas das classes C e D, isso é mais evidente: 64% e 61%, respectivamente.

A maioria expressiva das entrevistadas das classes D e E (78%) declaram não possuir máquina de lavar roupa; nas classes C são 47% e na classe AB, apenas 17%.

As entrevistadas apontam a existência de uma tensão entre ter um trabalho remunerado, que dá autonomia, e ter que se afastar das responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Sobre a concordância com a frase: “Se eu pudesse, eu pararia de trabalhar para cuidar da casa”, observa-se que, quanto menor a renda, maior a vontade de parar de trabalhar: 59% expressam esse desejo na classe D; 37% na classe C; e 32% na classe AB.

Entre as entrevistadas, sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si. E três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa. Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas.

Creche e transporte lideram entre as principais demandas das mulheres para o poder público. A pesquisa revela que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que têm trabalho remunerado. A demanda por creche não varia de acordo com a classe social (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%).

Para a promoção da autonomia econômica e a liberação de tempo no cotidiano das mulheres, é preciso que as políticas públicas considerem a desigualdade de gênero. As entrevistadas apontam que uma maior cobertura das creches públicas, com horário de funcionamento integral, e transporte público de melhor qualidade iriam ajudar muito no dia a dia.

Veja pesquisa na íntegra [Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente](#)

[Acesse a apresentação da pesquisa: Apresentação da pesquisa - Data Popular](#)

[Enquete: Quanto você realmente trabalha?](#)

73% das mulheres realizam as tarefas domésticas

A pesquisa **Trabalho remunerado e trabalho doméstico -uma tensão permanente**, realizada em 2012 pelo Data Popular/SOS Corpo/Instituto Patrícia Galvão, mostrou que 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas. Entre as entrevistadas das classes C e D, 78% declararam não possuir máquina de lavar roupa. Outro dado que chama a atenção é que a demanda por creche não varia entre as diversas classes sociais (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%).

A pesquisa contou com o apoio da ONU Mulheres.

[Conheça os dados completos.](#)

[Acesse aqui a apresentação da pesquisa elaborada pelo Data Popular.](#)

[**Pesquisa Data Popular/SOS Corpo: Falta de vagas em creches públicas é uma realidade em todo o país**](#)

Com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, a carência de vagas em creches públicas se amplia rapidamente, em especial entre as camadas socioeconômicas mais baixas.



Pesquisa realizada pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia revela que a creche é uma das principais demandas das mulheres ao poder público.

Em nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal, 45% das trabalhadoras não têm ajuda para cuidar dos filhos. Outros resultados da pesquisa *Creche como demanda das mulheres* podem ser acessados pelo link abaixo.

Eleições. O tema Creche voltou à pauta nas eleições municipais de 2012 e tem permeado a disputa entre candidatos de todos os partidos.

Para as mulheres entrevistadas:

- A falta de vagas em creches é um grave problema vivido em todas as 9 regiões metropolitanas pesquisadas, mais o Distrito Federal.
- 88% das entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público.
- 45% das mulheres que trabalham não têm ajuda para cuidar dos filhos.
- 34% das entrevistadas apontam que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham.

Acesse apresentação da pesquisa: [Creche como demanda das mulheres - DATA POPULAR/SOS CORPO](#)

Indicação de fontes:

Maria Betânia Ávila - pesquisadora do [SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia](#)
tels.: 81 3087.2086 / 9915.8211

Verônica Ferreira - pesquisadora do [SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia](#)
tels.: 81 3087.2086 / 9932.2794

Jacira Melo - diretora do [Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos](#)
tels.: 11 3266.5434 / 97618.9731

Renato Meirelles - diretor do [Data Popular](#)
tel.: 11 3218.2256